

Direito Penal

Questão 1: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Nos termos do quanto determina o art. 293 do Código Penal, aquele que recebe de boa-fé selo destinado a controle tributário, descobre que se trata de papel falso e o restitui à circulação

I. comete crime de falsidade ideológica;

II. recebe a mesma pena daquele que falsificou o selo;

III. comete crime contra a fé pública.

Completa adequadamente a proposição o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 2: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

A ação incriminada no art. 293 do Código Penal é a de falsificar papéis públicos. Diante dessa afirmativa, pergunta-se: como, nos termos da lei, essa falsificação pode ser feita?

- a) A falsificação somente pode ser feita tendo como objeto os papéis públicos, uma vez que tanto no art. 293 do CP quanto em qualquer outro artigo de lei que trate sobre a matéria, não há previsão legal para a hipótese de falsificação de documento particular.
- b) Pela fabricação ou alteração do papel público.
- c) Exclusivamente por meio da imitação fraudulenta do papel público.
- d) Exclusivamente por meio da contrafação do papel público.

e) Exclusivamente por meio da modificação do papel público.

Questão 3: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

No caso dos crimes de falsidade de títulos e outros papéis públicos, se o autor do ilícito for funcionário público e praticar o crime prevalecendo-se do cargo, terá sua pena

a) aumentada de metade.

b) aumentada de sexta parte.

c) diminuída de sexta parte.

d) diminuída de metade.

e) aumentada ou diminuída de acordo com a análise das circunstâncias relativas à individualização da pena, tais como: a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente e os motivos, circunstâncias e conseqüências do crime.

Questão 4: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

O crime de "petrechos de falsificação" (CP, art. 294), por expressa disposição do art. 295 do CP, tem a pena aumentada de sexta parte se o agente

a) é funcionário público.

b) é funcionário público, e comete o crime, prevalecendo-se do cargo.

c) tem intuito de lucro.

d) confecciona documento falso hábil a enganar o homem médio.

e) causa, com sua ação, prejuízo ao erário público.

Questão 5: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

O caput do art. 293 do CP tipifica a falsificação de papéis públicos, especial e expressamente no que concerne às seguintes ações:

a) produção e confecção.

b) contrafação e conspurcação.

c) fabricação e alteração.

d) adulteração e corrupção.

e) corrupção e produção.

Questão 6: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Assinale a alternativa correta com relação ao tratamento que o Código Penal dá à falsificação do título ao portador ou transmissível por endosso e do testamento particular.

- a) São, ambos, equiparados a documentos públicos.
- b) São, ambos, equiparados a documentos particulares.
- c) Apenas o primeiro é equiparado a documento público.
- d) O segundo é equiparado a documento particular.
- e) O primeiro é equiparado a documento particular; o segundo é equiparado a documento público.

Questão 7: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

O médico que, no exercício de sua profissão, dá atestado falso comete crime de

- a) falsidade de atestado médico (CP, art. 302).
- b) falsificação de documento público (CP, art. 297).
- c) falsificação de documento particular (CP, art. 298).
- d) certidão ou atestado ideologicamente falso (CP, art. 301).
- e) falsidade material de atestado ou certidão (CP, art. 301, §1.º).

Questão 8: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

O funcionário público que for condenado por falsificar documento particular terá sua pena

- a) aumentada da sexta parte.
- b) fixada nos limites legais entre 2 a 6 anos de reclusão e multa.
- c) fixada nos limites legais entre 1 a 5 anos de reclusão e multa.
- d) aumentada da metade.
- e) extinta, caso repare o dano antes da sentença condenatória.

Questão 9: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

Com relação ao crime de uso de documento falso, é correto afirmar que

- a) pratica o crime aquele que sabe estar usando documento em que consta firma falsamente reconhecida.
- b) responde pelas mesmas penas do crime em questão aquele que destrói, suprime, ou oculta, em benefício próprio, de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro de que não se podia dispor.
- c) caso o documento falsificado seja público, a pena será aplicada em dobro.
- d) não será julgada criminosa a conduta daquele que usar atestado médico falso, pois esse tipo de documento não se encontra incluído no conceito dos papéis falsificados ou alterados previstos no art. 304 do Código Penal.
- e) se trata de crime cuja conduta do agente consiste exclusivamente no uso de papéis falsificados.

Questão 10: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Com relação aos crimes relacionados à falsidade documental, pode-se afirmar que

- I. é criminosa a conduta daquele que exhibe, voluntariamente, à polícia, carteira de motorista que sabe ser falsa;
- II. o médico, não funcionário público, que emite atestado falso, pratica crime específico chamado de falsidade de atestado médico;
- III. o crime de falsidade ideológica prevê uma causa de aumento de pena na hipótese de o agente ser funcionário público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo.

Está correto o contido em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

Questão 11: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

O crime de falsificação de selo ou sinal público consiste

- a) tão somente na alteração do documento.
- b) tão somente da adulteração do documento.
- c) tão somente na fabricação do documento.
- d) na fabricação ou alteração do documento.
- e) tão somente na criação do documento.

Questão 12: VUNESP - ETJ (TJM SP)/TJM SP/2011

O crime de falsidade ideológica, presentes os demais elementos legais, apenas se configura se

- I. o documento é público, não havendo crime se o documento é particular;
- II. ocorre a inserção de declaração falsa, não havendo crime se ocorre a omissão de declaração verdadeira relevante;
- III. o agente é funcionário público, não havendo crime se a conduta é praticada por particular.

Assinale a alternativa que classifica corretamente, como verdadeiros (V) ou falsos (F), os itens que completam a proposição, de acordo com o art. 299 do CP.

- a) I - F; II - F; III - F.
- b) I - V; II - F; III - F.
- c) I - V; II - V; III - F.
- d) I - F; II - V; III - V.
- e) I - V; II - V; III - V.

Questão 13: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

O crime de falsificação de documento público, do art. 297 do CP,

- I. configura-se apenas se a falsificação é total, ou seja, a mera alteração de documento público verdadeiro não constitui crime;

II. também se configura se o documento trata-se de testamento particular;

III. também se configura se o documento trata-se de livro mercantil.

É correto, apenas, o que se afirma em

- a) III.
- b) II e III.
- c) II.
- d) I e II.
- e) I.

Questão 14: VUNESP - MJ (TJ SP)/TJ SP/2013

O médico que, no exercício da profissão, dá atestado falso

- a) comete crime punível com detenção e, se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.
- b) não comete crime, mas ficará sujeito às penalidades do Conselho Regional de Medicina.
- c) responde criminalmente apenas se ficar comprovado que recebeu algum pagamento para praticar o ato.
- d) comete o crime de falsidade ideológica, sujeitando-se à pena de detenção.
- e) comete o crime de falsidade ideológica e ficará sujeito à pena de reclusão.

Questão 15: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Os crimes de falsificação de documento público e de prevaricação têm em comum:

- a) apresentarem mais de uma conduta prevista no tipo.
- b) admitirem a punição também na modalidade culposa.
- c) ambos serem punidos com penas de detenção e multa.
- d) a qualificadora, tratando-se de crime praticado para satisfazer interesse pessoal.
- e) o fato de somente poderem ser praticados por funcionário público.

Questão 16: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2014

A consumação do crime de Falso Reconhecimento de Firma ou Letra se dá quando

- a) o reconhecimento é realizado.
- b) o respectivo documento é entregue a quem possa fazer dele o mau uso.
- c) o respectivo documento é utilizado por qualquer pessoa.
- d) o pagamento do ato de reconhecimento é realizado.

Questão 17: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2012

O ato de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja é crime

- a) de ação pública condicionada à representação da vítima.
- b) apenado com reclusão se o documento é público, e detenção ou multa, se o documento é particular.
- c) somente se a norma penal for complementada pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de cada estado da Federação.
- d) apenado com reclusão em qualquer hipótese.

Questão 18: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2012

O ato de atestar ou certificar falsamente fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem,

- a) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial e de registro.
- b) só pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública.
- c) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial de registro e seus subordinados.
- d) somente pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública e se provada a ocorrência de prejuízo.

Questão 19: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2011

Qual o tipo penal consistente na prática de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja?

- a) Falso reconhecimento de firma ou letra.
- b) Falsidade ideológica.

- c) Petrechos de falsificação.
- d) Falsidade documental.

Questão 20: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

“X”, valendo-se de um documento de identidade falsificado, consegue abrir uma conta corrente no Banco do Brasil com a finalidade de lavar dinheiro. O bem jurídico tutelado no crime praticado por “X” é(são)

- a) o patrimônio.
- b) a administração da justiça.
- c) a administração pública.
- d) a fé pública.
- e) as finanças públicas.

Questão 21: VUNESP - Asse Jur (Caieiras)/CM Caieiras/2015

João, responsável pela emissão de certidões em determinada repartição pública, a fim de ajudar seu amigo José, que concorre a um cargo público, emite certidão falsa, atestando que ele desenvolveu determinados projetos profissionais para a Administração Pública. Sobre a conduta de João, pode-se afirmar que cometeu o crime de

- a) falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal, ao inserir declaração falsa em documento público.
- b) falsificação de documento particular, previsto no artigo 298 do Código Penal, pois o documento se destinava para uso particular e para fins particulares.
- c) certidão materialmente falsa, previsto no parágrafo 1o, do artigo 301 do Código Penal.
- d) falsificação de documento público, previsto no artigo 297 do Código Penal: “falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro”.
- e) certidão ideologicamente falsa, previsto no artigo 301 do Código Penal.

Questão 22: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Aquele que confecciona um cartão de crédito falso comete o crime de _____, na modalidade equiparada.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- a) Falsificação de documento público

- b) Falsidade ideológica
- c) Moeda falsa
- d) Uso de documento falso
- e) Falsificação de documento particular

Questão 23: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Aquele que omite em documento público declaração que dele devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, pratica o crime previsto no Código Penal, denominado

- a) Falsidade Material.
- b) Falsificação de Papéis Públicos.
- c) Adulteração de Selo.
- d) Petrechos de Falsificação.
- e) Falsidade Ideológica.

Questão 24: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

O crime de falsidade ideológica (CP, art. 299) tem pena aumentada de sexta parte se

- a) cometido por motivo egoístico.
- b) a vítima sofre vultoso prejuízo.
- c) o agente auferir lucro.
- d) o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.
- e) cometido com o fim de produzir prova em processo penal.

Questão 25: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

Em relação aos crimes praticados contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300, CP), por ser crime próprio, não admite coautoria ou participação.
- b) A falsidade material consistente na omissão de declaração que deveria constar no documento público ou particular ou na inserção (direta ou indireta) de declaração falsa ou diversa da que deveria ser nele escrita.

c) O crime de falso atestado médico, previsto no artigo 302, do CP, admite tanto a forma dolosa quanto a forma culposa.

d) Os testamentos particulares inserem-se no conceito de documento particular para fins de falsificação (art. 298, CP).

e) Os delitos de falso se consumam independentemente do resultado (prejuízo).

Questão 26: VUNESP - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/I/2016

A falsificação de cartão de crédito ou débito, nos termos do Código Penal (CP),

a) equipara-se à falsificação de documento público.

b) equipara-se à falsificação de selo ou sinal público.

c) é considerada crime apenas se dela decorrer efetivo prejuízo.

d) equipara-se à falsificação de documento particular.

e) é fato atípico.

Questão 27: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Recentemente um novo delito que lesa a fé pública foi incluído no Código Penal. Assinale a alternativa que traz o nomen iuris desse crime.

a) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

b) Fraudes em certame de interesse público.

c) Falsa identidade.

d) Inserção de dados falsos em sistemas de informações.

e) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

Questão 28: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

A conduta que consiste em divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a outrem, conteúdo sigiloso de processo seletivo para ingresso no ensino superior

a) é tipificada como crime, apenada com detenção.

b) só encontra tipificação na lei penal quando se tratar de instituição pública de ensino.

c) é enquadrada como infração penal, sujeita à pena de prisão simples.

d) é tipificada como crime, apenada com reclusão.

e) não encontra tipificação na lei penal.

Questão 29: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

“Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem”. A conduta ora descrita, expressamente prevista no Código Penal, é denominada

- a) Uso de Documento Falso.
- b) Falsificação de Documento Particular.
- c) Supressão de Documento.
- d) Falsa Identidade.
- e) Falsificação de Documento Público.

Questão 30: VUNESP - CDJ (TJ SP)/TJ SP/2010

Os artigos 312 a 326 do Código Penal tipificam os Crimes Praticados por Funcionários Públicos contra a Administração em Geral. Considera-se funcionário público, ou a ele é equiparado, quem

I. exerce cargo ou emprego em entidade paraestatal;

II. embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública;

III. trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 31: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Assinale a única alternativa que não apresenta necessariamente exemplos de funcionário público para fins penais.

- a) Vereador e carteiro.
- b) Perito judicial e juiz de direito.
- c) Delegado de polícia e jurado do Tribunal do Júri.
- d) Prefeito municipal e carcereiro.
- e) Defensor dativo e professor.

Questão 32: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2009

Considerando o conceito de funcionário público para fins penais, indique a alternativa incorreta.

- a) Funcionário público é apenas aquele que exerce cargo público, criado por lei, com atribuição própria e remunerado pelos cofres públicos.
- b) Funcionário público é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- c) É funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função pública em entidade paraestatal.
- d) É funcionário público aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Questão 33: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2012

Para fins penais, conceitua-se funcionário público como sendo

- a) qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, mas não os que prestam serviços para empresas privadas, ainda que contratadas ou conveniadas para a execução de atividade típica da administração.
- b) qualquer pessoa que exerça, a qualquer título, ainda que transitoriamente e sem remuneração, função pública, na Administração direta do Estado.
- c) qualquer pessoa que exerça função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, desde que não exerça atividades em entidades paraestatais ou do Terceiro Setor.
- d) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, tanto na Administração direta quanto indireta do Estado.

Questão 34: VUNESP - Adv (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/2014

Determina o art. 327 do CP: “considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.” O § 2º do mesmo artigo traz causa de aumento de pena se os autores dos crimes previstos no respectivo capítulo forem ocupantes de

- a) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.
- b) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista ou empresa pública, apenas.
- c) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta ou sociedade de economia mista, apenas.
- d) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, apenas.
- e) cargos em comissão, apenas.

Questão 35: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Iona Prosérpina, ocupante de função de direção em uma sociedade de economia mista, cometeu crime contra a Administração Pública previsto no Código Penal. Consequentemente, é correto afirmar que Iona

- a) ficará livre da pena por ser mulher.
- b) deverá ser punida com a obrigação de pagar cestas básicas.
- c) terá a pena aumentada em virtude de ser ocupante de função de direção.
- d) responderá pelo crime, mas terá a pena reduzida em virtude de ser funcionária pública.
- e) terá a pena reduzida por exercer função em sociedade de economia mista.

Questão 36: VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

Nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral, conforme previsto no Código Penal, se o autor do crime for ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta,

- a) ele apenas perderá o cargo, mas ficará isento de pena.
- b) sua pena será reduzida.
- c) ele não responderá criminalmente pelo fato delituoso, mas apenas civil e administrativamente.
- d) sua pena será aumentada.
- e) acarretar-se-á a punição também daquele que o nomeou para o cargo.

Questão 37: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Assinale a alternativa correta em relação a funcionário público de acordo com o Código Penal.

- a) Considera-se funcionário público quem, embora transitoriamente, exerce cargo, emprego ou função pública.
- b) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Privada.
- c) Considera-se funcionário público, para efeitos penais, quem, embora transitoriamente e sempre com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- d) Consideram-se funcionários públicos: vereadores, peritos judiciais, serventuários da justiça, defensor dativo e o auditor da Receita Federal.
- e) A pena será aumentada pela metade se o agente for ocupante de cargo em comissão ou função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

Questão 38: VUNESP - Proc (Pref SJC)/Pref SJC/2012

Avalie as seguintes assertivas a respeito do funcionário público no Direito Penal.

- I. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente, mas necessariamente com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- II. O crime praticado por funcionário público contra a administração em geral será considerado qualificado quando seus autores forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo Poder Público.
- III. Funcionário público condenado à pena privativa de liberdade igual ou superior a um ano, por crime praticado com violação de dever para com a administração pública, somente poderá perder seu cargo se essa decisão constar motivadamente declarada na sentença.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.

d) I e III.

e) II e III.

Questão 39: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

É considerado funcionário público, para os efeitos penais, dentre outras qualidades,

a) apenas aquele que exerce cargo, emprego ou função pública remunerada.

b) apenas aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, de natureza pública ou privada.

c) aquele que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

d) quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada, para a execução de qualquer atividade na Administração Pública.

e) apenas aquele que exerce cargo, emprego ou função pública de caráter definitivo, ainda que sem remuneração.

Questão 40: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

Tomando como base o crime de peculato, analise as afirmações:

I. Estão previstas no crime de peculato as condutas de apropriar-se, desviar ou subtrair dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel.

II. Especificamente quanto ao peculato culposo, é admissível a reparação do dano antes ou depois da sentença.

III. O dinheiro proveniente da prática do crime de peculato deve ser usado em proveito próprio.

Está correto somente o contido em

a) I.

b) II.

c) I e II.

d) I e III.

e) II e III.

Questão 41: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

O crime de peculato

- a) pode ser praticado por qualquer pessoa, ainda que sem a participação do funcionário público.
- b) prevê a modalidade culposa.
- c) não prevê a modalidade culposa.
- d) é punido com pena de detenção de 3 (três) a 10 (dez) anos.
- e) é punido exclusivamente com pena de multa, que varia de acordo com o salário do funcionário público.

Questão 42: VUNESP - AnaSistJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Relativamente ao crime de Peculato, é correto afirmar que

- a) ele é punível apenas na modalidade dolosa.
- b) se o funcionário público reparar o dano antes da sentença irrecorrível, terá sua pena reduzida de metade.
- c) ele não pode ser praticado por quem exerce cargo em entidade paraestatal.
- d) se o funcionário público se apropriar de bem móvel de que tem a posse em razão do cargo, terá a mesma pena daquele outro que desviar o bem em proveito alheio.
- e) sujeita seu autor apenas à pena de reclusão, de dois a doze anos.

Questão 43: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Em relação ao crime de peculato, é correto afirmar:

- a) a modalidade culposa é admitida por expressa previsão legal.
- b) a reparação do dano, no peculato culposo, se feita após a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
- c) a reparação do dano, no peculato culposo, se feita antes da sentença irrecorrível, reduz a pena.
- d) em recente alteração, as penas foram elevadas para reclusão de quatro a doze anos e multa.
- e) trata-se de um delito que pode ser praticado por qualquer pessoa.

Questão 44: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

Assinale a alternativa correta.

- a) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- b) A corrupção passiva é crime material, exigindo-se para sua configuração que o funcionário receba a vantagem indevida.
- c) Não há possibilidade de ocorrer corrupção ativa sem a correspondente corrupção passiva.
- d) Mesmo aquele que não é funcionário público poderá responder por crime de peculato.

Questão 45: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

Tício, funcionário público, convida Mévio, que trabalha em empresa privada, para ajudá-lo a subtrair um computador, pertencente à repartição, que se encontra na sala de trabalho de Tício, para seu uso diário, e que se acha sob sua guarda. Ciente da condição de funcionário público de Tício, Mévio ajuda-o a transportar esse bem até sua casa. Nessa situação hipotética, é correto afirmar-se que

- a) Tício e Mévio respondem por peculato.
- b) Tício responde por peculato e Mévio responde por furto.
- c) Tício e Mévio respondem por furto.
- d) Tício responde por peculato e a conduta de Mévio é atípica.

Questão 46: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2009

Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio é a descrição do Código Penal para o crime de

- a) peculato.
- b) apropriação indébita de verbas ou rendas públicas.
- c) concussão.
- d) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

Questão 47: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2011

O artigo 312 do Código Penal, crime de peculato, pode ser imputado

- a) ao particular em coautoria, desde que tenha conhecimento da qualidade de funcionário público do autor.
- b) ao funcionário público desvinculado da função.
- c) somente ao funcionário público independentemente do exercício de sua função.

d) somente ao particular.

Questão 48: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2012

Funcionário público que tem crédito a ser exigido da Administração Pública e resolve apropriar-se do dinheiro público com o fim de compensação extrajudicial:

a) comete crime de peculato.

b) não comete crime algum, em face da possibilidade de compensação administrativa de créditos e débitos, devendo, porém, prestar contas ao órgão devedor, obtendo autorização para a transação.

c) comete crime de exercício arbitrário das próprias razões.

d) comete crime de apropriação indébita.

Questão 49: VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

O caso a seguir deve ser considerado para responder à questão.

Joana é funcionária pública municipal e responsável por administrar os recursos financeiros da repartição em que trabalha. Com a ajuda de seu marido, que não é funcionário público e tem ciência de toda a empreitada, falsifica notas fiscais simulando a realização de despesas que não foram realmente efetivadas e, a cada 15 dias, insere cerca de 3 notas fiscais “frias” na prestação de contas, desviando em proveito próprio cerca de R\$ 5 mil a cada quinzena. A ação é reiterada e prolonga-se por cerca de 12 meses. Então, surge na repartição a notícia de que uma rigorosa comissão de auditoria financeira visitará todos os órgãos públicos, a fim de identificar possíveis desvios. Joana e seu marido, temendo que suas condutas fossem descobertas, devolvem integralmente o dinheiro ao caixa público, inclusive considerando a correção monetária, e retificam toda a contabilidade. A auditoria, entretanto, consegue comprovar a ocorrência dos ilícitos.

Joana será julgada por

a) peculato; seu marido também.

b) concussão; seu marido por falsificação.

c) apropriação indébita; seu marido por falsificação.

d) usurpação de função pública; seu marido por falsificação.

e) emprego irregular de verbas públicas; seu marido também.

Questão 50: VUNESP - At NP (PC SP)/PC SP/2014

Funcionário público, responsável por receber cadáveres no Instituto Médico Legal, que se apropria de relógio que estava no pulso de pessoa falecida encaminhada à necrópsia comete

- a) prevaricação.
- b) concussão.
- c) peculato.
- d) corrupção passiva.
- e) corrupção ativa.

Questão 51: VUNESP - Aux Nec (PC SP)/PC SP/2014

A conduta criminosa de peculato corresponde à seguinte definição legal:

- a) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- b) extraviar livro oficial ou qualquer documento de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
- c) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- e) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Questão 52: VUNESP - Med Leg (PC SP)/PC SP/2014

Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Essa é uma definição do crime de

- a) roubo.
- b) furto.
- c) estelionato.
- d) peculato.
- e) advocacia administrativa.

Questão 53: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

O crime de peculato

- a) consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.
- b) é crime contra a administração da justiça.
- c) consiste em dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- d) embora seja crime próprio, admite a participação de agentes que não sejam funcionários públicos.
- e) mediante erro de outrem tem a mesma pena do crime de peculato.

Questão 54: VUNESP - Foto TP (PC SP)/PC SP/2014

Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público ou particular de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio, caracteriza o crime de

- a) peculato.
- b) concussão.
- c) extorsão.
- d) furto qualificado.
- e) corrupção culposa.

Questão 55: VUNESP - DTP (PC SP)/PC SP/2014

No tocante aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, assinale a alternativa que menciona o crime o qual a legislação penal expressamente admite sua prática na modalidade culposa.

- a) Corrupção passiva.
- b) Inserção de dados falsos em sistema de informações.
- c) Concussão.
- d) Peculato.
- e) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

Questão 56: VUNESP - APP (PC SP)/PC SP/2013

O crime de peculato

- a) admite a reparação do dano como forma de redução da pena na modalidade culposa.
- b) não admite a modalidade culposa.
- c) pode ser praticado por qualquer pessoa.
- d) é punido com pena de detenção e multa na modalidade dolosa, e apenas com multa na modalidade culposa.
- e) consiste em solicitar ou receber vantagem indevida.

Questão 57: VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

O funcionário público que se apropria de dinheiro de que tem a posse em razão do cargo comete o crime de

- a) furto qualificado.
- b) peculato.
- c) roubo.
- d) furto.
- e) extorsão passiva.

Questão 58: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Em relação ao crime de peculato, assinale a alternativa correta.

- a) Exigir o funcionário público tributos que sabe inexigíveis à espécie.
- b) Solicitar, fora da função, vantagem indevida à espécie.
- c) Patrocinar o funcionário, indiretamente, interesse privado perante a Administração, valendo-se dessa qualidade.
- d) Retardar o funcionário a prática de ato de ofício, por influência de outrem.
- e) Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel de que tenha a posse em razão do cargo.

Questão 59: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2014

O crime de peculato é um crime

- a) comum, praticado pelo particular contra a administração em geral.
- b) próprio, praticado pelo particular contra a administração em geral.

- c) comum, praticado por qualquer pessoa contra a administração em geral.
- d) comum, praticado pelo funcionário público contra a administração em geral.
- e) próprio, praticado pelo funcionário público contra a administração em geral.

Questão 60: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Assinale a alternativa correta, a respeito do crime de Peculato, previsto no Código Penal.

- a) A reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.
- b) Não pratica Peculato, mas sim Furto, o funcionário público que, embora não tendo a posse do bem o subtrai, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- c) O crime de Peculato pode ser praticado por particulares, ainda que sem o concurso de qualquer funcionário público.
- d) A lei não admite a forma culposa.
- e) Pratica Peculato o funcionário público que se apropria de qualquer bem móvel particular de que tem a posse em razão do cargo.

Questão 61: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

O peculato culposo

- a) é fato atípico, pois não está expressamente previsto no CP.
- b) tem a ilicitude excluída se o agente repara o dano a qualquer tempo.
- c) tem a punibilidade extinta se o agente repara o dano antes da sentença irrecorrível.
- d) é punido com detenção, de dois a doze anos, e multa.
- e) é punido com a mesma pena do peculato doloso.

Questão 62: VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Assinale a alternativa correta sobre o crime de peculato, tipificado no artigo 312 e parágrafos do Código Penal.

- a) É crime próprio e não admite o concurso de pessoas.
- b) No peculato culposo a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta.
- c) Admite o concurso de pessoas desde que a qualidade de funcionário público, elementar do tipo, seja de conhecimento do particular coautor ou partícipe.

d) Para a caracterização do peculato-furto, afigura-se necessário que o funcionário público tenha a posse do dinheiro, valor ou bem que subtrai ou que concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio.

e) No peculato doloso a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.

Questão 63: VUNESP - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/I/2016

No que concerne aos crimes de “peculato culposo”, “peculato mediante erro de outrem” e “concussão”, a reparação do dano que precede a sentença irrecorrível traz que consequência?

a) Extingue a punibilidade para os dois primeiros e reduz de metade a pena imposta ao autor do último.

b) Nenhuma.

c) Extingue a punibilidade para o primeiro, reduz de metade a pena imposta para o autor do segundo, mas não beneficia o autor do último.

d) Extingue a punibilidade para os dois primeiros, mas não beneficia da mesma forma o autor do último.

e) Extingue a punibilidade para o primeiro, mas não beneficia da mesma forma o autor dos demais.

Questão 64: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

Profissional nomeado pela assistência judiciária para atuar como defensor dativo ingressa com ação contra o INSS, em favor da parte para a qual foi constituído, e posteriormente faz o levantamento do valor devido. Contudo, não repassou o dinheiro à parte, cometendo o delito de

a) apropriação indébita, uma vez que tinha a posse ou detenção do numerário.

b) prevaricação, considerando que retardou ou deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício.

c) furto mediante fraude, pois abusou da confiança da vítima.

d) peculato, tendo em vista apropriar-se de dinheiro ou valor de que tem a posse em razão do cargo.

Questão 65: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2013

Assinale a alternativa que contém somente causas extintivas da punibilidade.

a) Prescrição; perdão judicial nos casos previstos em lei; embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.

b) Morte do agente; menoridade penal; reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, no delito de peculato culposo.

c) Indulto; menoridade penal; legítima defesa.

- d) Arrependimento posterior; renúncia do direito de queixa; retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.
- e) Prescrição; anistia; reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, no delito de peculato culposo.

Questão 66: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2011

No tocante às modalidades do crime de peculato, previsto no Código Penal, é correto afirmar que

- a) só se caracteriza o peculato se a apropriação do funcionário público recair sobre dinheiro, valor ou qualquer bem móvel público e não particular.
- b) não há previsão da modalidade culposa para este crime, que exige o dolo do funcionário público.
- c) não se caracteriza modalidade do crime de peculato se o funcionário público apropriou-se de bem que recebeu por erro de outrem.
- d) se o funcionário público concorre culposamente para o crime de outrem, está caracterizada a modalidade de peculato culposo.
- e) não se caracteriza o crime de peculato se não há apropriação do dinheiro, valor ou bem móvel por parte do funcionário público, mas apenas o desvio em proveito alheio.

Questão 67: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Imagine que, por erro, um cidadão entrega a um funcionário público determinada quantia em dinheiro. O funcionário, ciente de tal circunstância, não devolve o dinheiro ao cidadão, não informa o ocorrido aos seus superiores e, finalmente, apropria-se do dinheiro.

Diante disso, é correto afirmar que o funcionário

- a) não comete crime, mas apenas uma infração funcional.
- b) comete crime de peculato mediante erro de outrem.
- c) comete crime de corrupção passiva.
- d) comete crime de excesso de exação.
- e) comete crime de prevaricação.

Questão 68: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

"X", funcionário público, recebe indevidamente dinheiro da vítima que o supunha encarregado do recebimento de impostos atrasados. "X", em tese,

- a) não praticou delito algum.
- b) praticou o crime de peculato culposo.
- c) praticou o crime de peculato mediante erro de outrem.
- d) praticou o crime de excesso de exação.
- e) praticou o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações.

Questão 69: VUNESP - EnfJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Se uma professora da rede pública de ensino, em razão de uma falha no sistema bancário, recebe um salário maior do que o que lhe é devido, e intencionalmente não devolve o dinheiro aos cofres públicos,

- a) pratica o crime de peculato, previsto no art. 312 do CP.
- b) pratica o crime de peculato mediante erro de outrem, previsto no art. 313 do CP.
- c) pratica o crime de concussão.
- d) pratica o crime de corrupção passiva.
- e) não pratica crime algum, pois não teve nenhuma participação na falha do sistema bancário.

Questão 70: VUNESP - AnaSistJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Funcionário público que exclui indevidamente dados corretos dos bancos de dados da Administração Pública com o fim de causar dano poderá ser responsabilizado pelo crime de

- a) Inserção de dados falsos em sistema de informações.
- b) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- c) Violação de sigilo funcional.
- d) Tergiversação.
- e) Excesso de exação.

Questão 71: VUNESP - Adv (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/2014

O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (CP, art. 313-B) tem penas aumentadas se

- a) praticado mediante fraude.
- b) praticado com intuito de obter lucro.

- c) o agente estiver a serviço da Administração.
- d) praticado por funcionário público, ou com sua convivência.
- e) da modificação ou alteração resultar dano para a Administração Pública ou para o administrado.

Questão 72: VUNESP - Aux Nec (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa em que o crime praticado por funcionário público contra a administração em geral (em negrito) está corretamente definido, de acordo com o Código Penal.

- a) Condescendência criminosa – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- b) Prevaricação – solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Corrupção passiva – exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) Peculato culposo – apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- e) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

Questão 73: VUNESP - AFR SP/SEFAZ SP/Consultoria e Contencioso/2002

No crime de concussão, a circunstância de ser um dos agentes funcionário público:

- a) não é elementar, não se comunicado, portanto, ao concorrente particular.
- b) é elementar, mas não se comunica ao concorrente particular.
- c) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, ainda que este desconheça a condição daquele.
- d) é elementar comunicando-se ao concorrente particular, este conhecia a condição daquele.
- e) não é elementar, comunicando-se, em qualquer situação ao concorrente particular.

Questão 74: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Determinado policial militar disse de forma impositiva ao assaltante que acabou de prender em flagrante, com o intuito de se locupletar indevidamente, que somente muito dinheiro o faria "aliviar sua barra". Tal conduta

- a) não tipifica crime.

- b) somente tipificaria algum delito caso houvesse a efetiva entrega do dinheiro.
- c) tipifica o crime de peculato.
- d) tipifica o crime de concussão.
- e) tipifica o crime de corrupção passiva.

Questão 75: VUNESP - CDJ (TJ SP)/TJ SP/2010

A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, quando praticada por funcionário público, caracteriza o crime de

- a) excesso de exação.
- b) corrupção passiva.
- c) prevaricação.
- d) concussão.
- e) peculato.

Questão 76: VUNESP - ETJ (TJM SP)/TJM SP/2011

No crime de concussão (CP, art. 316), o agente _____, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a) aufere
- b) exige
- c) recebe
- d) sugere
- e) solicita

Questão 77: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

A conduta do funcionário público que, antes de assumir a função, mas em razão dela, exige para outrem, indiretamente, vantagem indevida

- a) configura crime de corrupção passiva.

- b) não configura crime algum, pois o fato ocorre antes de assumir a função.
- c) configura crime de corrupção ativa.
- d) configura crime de concussão.
- e) não configura crime algum, pois a exigência é indireta e para outrem.

Questão 78: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

Considere que um funcionário público, em coautoria com um indivíduo não-funcionário, exija para si, diretamente, e em razão da função pública, vantagem indevida. Considere, ainda, que o agente não-funcionário tem ciência de que seu coautor é funcionário. O agente não-funcionário cometeu o crime de

- a) extorsão.
- b) peculato.
- c) concussão.
- d) corrupção ativa.
- e) corrupção passiva.

Questão 79: VUNESP - TCPDJ (TJ SP)/TJ SP/2012

O Título XI da Parte Especial do Código Penal prevê os crimes contra a Administração Pública. O Capítulo I (artigos 312 a 327) desse título estabelece os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, enquanto o Capítulo III (artigos 338 a 359) tipifica os crimes contra a Administração da Justiça.

Assinale a alternativa que indica apenas crimes previstos no referido Capítulo I.

- a) Inserção de dados falsos em sistema de informações; Excesso de exação.
- b) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações; Denúnciação caluniosa.
- c) Violação de sigilo funcional; Exercício arbitrário das próprias razões.
- d) Peculato; Autoacusação falsa.
- e) Inserção de dados falsos em sistema de informações; Reingresso de estrangeiro expulso.

Questão 80: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2011

Antônio, funcionário público, exige de Pedro, para si, em razão da função, vantagem indevida, consistente em certa quantia em dinheiro. Pedro concorda com a exigência e combina com Antônio um local para a entrega do dinheiro, mas Antônio é preso por policiais, previamente avisados do ocorrido, no momento em que ia recebê-lo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Antônio cometeu crime de extorsão consumado.
- b) Antônio cometeu crime de concussão consumado.
- c) Antônio cometeu crime de extorsão tentado.
- d) Antônio cometeu crime de concussão tentado.
- e) Trata-se de crime impossível, em razão de flagrante preparado.

Questão 81: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2009

A conduta do funcionário público que exige tributo que sabe ou deveria saber indevido configura o delito de

- a) excesso de exação.
- b) concussão.
- c) corrupção passiva.
- d) prevaricação.

Questão 82: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2014

A conduta do Notário de desviar, em proveito próprio, importância sabidamente indevida, que exigiu e recebeu a título de tributo, configura

- a) Excesso de exação.
- b) Peculato doloso.
- c) Peculato culposos.
- d) Apropriação indébita.

Questão 83: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2011

O crime de concussão, art. 316 do Código Penal, é

- a) crime formal.

- b) crime material.
- c) crime habitual.
- d) crime de conduta especial.

Questão 84: VUNESP - Adv (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/2014

Responderá pelo crime de concussão (CP, art. 316, caput) o funcionário público que

- a) exigir tributo indevido.
- b) exigir para outrem, indiretamente, em razão da função pública, vantagem indevida.
- c) aceitar promessa indevida em razão da função.
- d) empregar meio vexatório para a cobrança de contribuição social.
- e) desviar, em proveito próprio, o que indevidamente recebeu para recolher aos cofres públicos.

Questão 85: VUNESP - Foto TP (PC SP)/PC SP/2014

Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, para recolher aos cofres públicos, caracteriza o crime de

- a) excesso de exação.
- b) descaminho.
- c) peculato culposo.
- d) emprego irregular de verbas públicas.
- e) prevaricação.

Questão 86: VUNESP - At NP (PC SP)/PC SP/2013

Servidor Público que exige dinheiro de cidadão para fornecer documento que teria, por disposição expressa de lei, que entregar gratuitamente por ato de ofício comete o crime de

- a) prevaricação.
- b) peculato.
- c) corrupção passiva.
- d) concussão.

e) excesso de exação.

Questão 87: VUNESP - Tec Lab (PC SP)/PC SP/2014

Médico devidamente contratado pela Administração Pública e que está lotado em hospital público exige de familiar de paciente do Sistema Único de Saúde o pagamento de um valor indevido para a realização de uma cirurgia imprescindível. O familiar finge aquiescer com a exigência, mas ao sair do hospital aciona a autoridade policial e não efetua qualquer pagamento. Nesse caso, considerando as previsões do Código Penal, houve crime

- a) tentado, pois não houve o pagamento, circunstância alheia à vontade do médico.
- b) culposo, porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.
- c) impossível, por ineficácia absoluta do meio, já que a polícia foi acionada.
- d) tentado, pela superveniência de causa relativamente independente.
- e) consumado, pois o crime reuniu todos os elementos de sua definição legal.

Questão 88: VUNESP - AGP (SPPREV)/SPPREV/2009

O crime de concussão é caracterizado pelo fato típico de

- a) solicitar ou receber para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- b) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- c) dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- d) modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação da autoridade competente.
- e) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Questão 89: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

“Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”. O texto ora transcrito refere-se ao crime previsto no Código Penal denominado

- a) Condescendência Criminosa.
- b) Concussão.
- c) Corrupção Ativa.

- d) Corrupção Passiva.
- e) Prevaricação.

Questão 90: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Fiscal de Arrecadação/2014

Concussão: _____, para si ou para outrem, _____, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Assinale a alternativa que completa as lacunas adequada e respectivamente.

- a) receber ... diretamente
- b) receber ... direta ou indiretamente
- c) solicitar ... diretamente
- d) solicitar ... direta ou indiretamente
- e) exigir ... direta ou indiretamente

Questão 91: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Fiscal de Arrecadação/2014

O crime de excesso de exação é cometido por

- a) funcionário público contra as rendas públicas.
- b) funcionário público contra a Administração em geral.
- c) particular contra a Administração da Justiça.
- d) particular contra a Administração em geral.
- e) particular contra as finanças públicas.

Questão 92: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

A pena do crime de corrupção passiva é aumentada se o funcionário público, em consequência da vantagem ou promessa, infringe dever funcional

- I. retardando ou deixando de praticar qualquer ato de ofício;

II. praticando qualquer ato de ofício;

III. de forma intencional ou premeditada.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 93: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

No crime de corrupção passiva (CP, art. 317), o agente _____, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a) exige ou ordena
- b) solicita ou recebe
- c) recebe ou adquire
- d) pleiteia ou sugere
- e) estipula ou agencia

Questão 94: VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

Considerando os crimes contra a Administração Pública, previstos no Código Penal e praticados por funcionário público, é correto afirmar que a conduta de “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”, tipificará o crime de

- a) emprego irregular de verbas.
- b) corrupção passiva.

- c) concussão.
- d) excesso de exação.
- e) peculato.

Questão 95: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2014

Imagine que um policial, em abordagem de rotina, identifique e efetue a detenção de um indivíduo procurado pela Justiça. Assim que isso ocorre e antes de apresentar o indivíduo à autoridade de Polícia Judiciária (Delegado de Polícia), o policial recebe verbalmente, do detido, a seguinte proposta: soltar o indivíduo para que ele vá até o caixa eletrônico e busque R\$ 500,00, a serem entregues ao policial em troca de sua liberdade. O policial aceita a proposta e solta o detido, que não retorna e não cumpre com a promessa de pagamento. Diante dessa hipótese, o policial

- a) cometeu crime de prevaricação (CP, art. 319).
- b) cometeu crime de corrupção passiva (CP, art. 317).
- c) cometeu o crime de condescendência criminosa (CP, art. 320).
- d) cometeu o crime de concussão (CP, art. 316).
- e) não cometeu crime algum, pois não chegou a receber o dinheiro.

Questão 96: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Assinale a alternativa que indica conduta típica que corresponde ao crime de corrupção passiva prevista no Código Penal.

- a) Subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel.
- b) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- c) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- d) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
- e) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Questão 97: VUNESP - PC (PC SP)/PC SP/2014

A questão refere-se às normas do Código Penal.

Grotius, policial civil regularmente investido no cargo, durante seu horário de folga, surpreendeu Brutus, seu vizinho, na condução de uma motocicleta sem placa, em desacordo com a legislação de trânsito em vigor. Para tentar eximir-se da responsabilidade pela infração legal, Brutus ofereceu certa quantia em dinheiro a Grotius, a ser entregue após a liberação do veículo, o que foi prontamente aceito por Grotius, embora não houvesse ocorrido a entrega da quantia. Diante do exposto, Grotius

- a) responderá pelo crime de Prevaricação.
- b) responderá pelo crime de Concussão.
- c) responderá pelo crime de Corrupção Ativa.
- d) responderá pelo crime de Corrupção Passiva.
- e) não responderá por crime algum, por tratar-se de fato atípico, uma vez que não ocorreu a entrega do numerário.

Questão 98: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Com relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Pratica concussão o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- b) Configura-se excesso de exação a exigência de verbas pelo funcionário público que sabe ou deveria saber indevidas.
- c) Pratica corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- d) No peculato culposo, a reparação do dano, em qualquer momento do processo e até a sentença recorrível, reduz em um terço a pena imposta.
- e) Pratica concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, vantagem devida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.

Questão 99: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

Marcelo é aprovado em concurso público para o cargo de Delegado de Polícia. Sabe que seu vizinho tem expedido em seu desfavor mandado de prisão. Mesmo antes de assumir o cargo, Marcelo procura seu vizinho, que é proprietário de automóvel de luxo, e solicita-lhe comprar o veículo por 1/3 do preço de mercado, insinuando de modo implícito que caso a proposta não seja aceita efetuará sua prisão tão logo assuma o cargo público. O vizinho não cede e Marcelo, mesmo após assumir o cargo, não toma qualquer atitude em desfavor de seu vizinho. Marcelo praticou

- a) estelionato, na modalidade tentada.
- b) corrupção passiva, na modalidade tentada.
- c) corrupção passiva.

- d) concussão.
- e) meros atos preparatórios.

Questão 100: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

“Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. O tipo legal ora transcrito refere-se à descrição do delito de

- a) Peculato.
- b) Corrupção ativa.
- c) Prevaricação.
- d) Corrupção passiva.
- e) Concussão.

Questão 101: VUNESP - EnfJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Para que o crime de prevaricação em umas das suas formas legais reste configurado, é preciso que o funcionário público

- a) retarde a execução de um ato de ofício com a finalidade de obter vantagem financeira para si ou para outrem.
- b) retarde a execução de um ato de ofício com a finalidade de obter vantagem patrimonial ou pessoal.
- c) deixe de praticar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) deixe de praticar ato de ofício, sem qualquer finalidade especial.
- e) retarde a execução de um ato de ofício, sem qualquer finalidade especial.

Questão 102: VUNESP - PB (BNDES)/BNDES/Direito - Advogado de Contencioso/2001

Se o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, ele comete o crime de

- a) corrupção passiva.
- b) excesso de exação.
- c) prevaricação.
- d) concussão.
- e) peculato.

Questão 103: VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

No que tange aos crimes praticados contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- a) aceitar promessa de vantagem indevida ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela, será caracterizado como corrupção passiva tentada se o agente não receber a vantagem.
- b) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão de circunstâncias alheias ao cargo, caracteriza o crime de peculato.
- c) praticar ato de ofício contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza-se como crime de prevaricação.
- d) facilitar, por culpa, a revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo caracteriza o crime de violação de sigilo funcional.
- e) solicitar, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza o crime de concussão.

Questão 104: VUNESP - At NP (PC SP)/PC SP/2014

Funcionário público que estende intencional e desautorizadamente o período de tempo reservado para seu almoço, a fim de durante esse “período de folga” dedicar-se a atividades pessoais não urgentes, deixando de praticar, indevidamente, uma série de atos de ofício, comete

- a) corrupção ativa.
- b) prevaricação.
- c) corrupção passiva.
- d) concussão.
- e) peculato.

Questão 105: VUNESP - Foto TP (PC SP)/PC SP/2014

Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza o crime de

- a) emprego irregular de verbas públicas.
- b) corrupção passiva.
- c) corrupção ativa.
- d) advocacia administrativa.

e) prevaricação.

Questão 106: VUNESP - APP (PC SP)/PC SP/2013

X, delegada de polícia, em razão do vínculo de amizade com Z, deixa de lavrar auto de prisão em flagrante por crime de lesão corporal. Em tese, a conduta de X tipifica crime de

- a) concussão.
- b) peculato.
- c) prevaricação.
- d) advocacia administrativa.
- e) condescendência criminosa.

Questão 107: VUNESP - Tec Lab (PC SP)/PC SP/2014

Funcionário público membro de equipe que faz a análise de pedidos de alvará recebe um pedido formulado por um desafeto pessoal seu, que pretende abrir um comércio. O funcionário público, pretendendo prejudicar seu desafeto, não analisa o pedido, guardando o processo em armário em que não pudesse ser visto pelos demais. Considerando o que dispõe o Código Penal sobre os crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral, o funcionário do caso praticou crime de

- a) advocacia administrativa.
- b) peculato.
- c) excesso de exação.
- d) prevaricação.
- e) corrupção passiva.

Questão 108: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Fiscal de Arrecadação/2014

Funcionário que deixa seus afazeres na repartição acumularem, pois se dedica a questões pessoais não urgentes durante o expediente de trabalho, sem autorização de seu superior, comete o crime de

- a) enriquecimento ilícito.
- b) peculato apropriação.
- c) peculato culposo.
- d) prevaricação.

e) peculato.

Questão 109: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2013

No tocante aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Pratica crime de concussão o funcionário público que exige, para si ou para outrem, vantagem indevida em razão do exercício da função pública.
- b) Pratica crime de corrupção passiva quem oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para retardar ato de ofício.
- c) Pratica crime de corrupção ativa o funcionário público que solicita ou recebe, para si ou para outrem, vantagem indevida ou aceita promessa de tal vantagem, em razão do exercício da função pública.
- d) Pratica crime de prevaricação o funcionário público que, em razão do exercício da função, apropria-se de dinheiro ou valor público ou particular, em proveito próprio.
- e) Pratica crime de peculato o funcionário público que devassa o sigilo de proposta de concorrência pública, em proveito próprio ou alheio.

Questão 110: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Configura-se o crime de advocacia administrativa (CP, art. 321) quando o funcionário público, valendo-se dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a administração pública.

Considerando tal crime, analise os itens seguintes:

- I. a pena cominada é menor se o interesse patrocinado for ilegítimo;
- II. o crime acontecerá ainda que o patrocínio se dê de modo indireto;
- III. se o interesse patrocinado é ilegítimo, as penas de detenção e multa aplicam-se alternativamente, ou seja, aplica-se a de detenção ou a de multa.

É correto o que se afirma em

- a) II, apenas.

- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 111: VUNESP - EnfJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Condescendência criminosa

- a) é um crime que o funcionário público pratica motivado pela indulgência.
- b) é uma modalidade criminosa para a qual é previsto expressamente o chamado perdão judicial, ou seja, o juiz deverá, ao analisar o caso concreto, deixar de aplicar a pena caso entenda ser ela desnecessária para a punição do delito.
- c) é um crime que pode ser praticado por qualquer pessoa e que tem pena de reclusão de um a três anos.
- d) era a conduta típica prevista no art. 320 do Código Penal, que recentemente foi revogado.
- e) é uma conduta que não tipifica crime previsto no Código Penal.

Questão 112: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, no que concerne ao crime de advocacia administrativa, do art. 321 do CP: "Patrocinar, _____, interesse _____ perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário."

- a) diretamente ... próprio
- b) direta ou indiretamente ... privado
- c) ainda que indiretamente ... próprio
- d) diretamente ... pessoal ou de terceiro
- e) direta ou indiretamente ... público ou privado

Questão 113: VUNESP - TCPDJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Relativamente ao crime de Advocacia administrativa, é correto afirmar que

- a) pode ser praticado, isoladamente, por funcionário público ou por particular.
- b) somente se caracteriza se o interesse defendido perante a Administração Pública for ilegítimo.

c) é punível independentemente da legitimidade ou ilegitimidade do interesse defendido perante a Administração Pública, sendo certo que a pena será maior se o interesse for ilegítimo.

d) apenas advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil podem praticá-lo.

e) responde por ele o funcionário público que inserir dados falsos nos sistemas informatizados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para outrem.

Questão 114: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios no que concerne ao sujeito ativo.

a) Tráfico de influência; abandono de função; violação de sigilo funcional.

b) Usurpação de função pública; prevaricação; peculato.

c) Corrupção passiva; condescendência criminosa; advocacia administrativa.

d) Favorecimento pessoal; concussão; violência arbitrária.

Questão 115: VUNESP - Adv (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/2014

Assinale a alternativa correta no que concerne à configuração típica do crime de advocacia administrativa (CP, art. 321).

a) Não é punido se o patrocínio ocorrer em favor de cônjuge, ascendente ou descendente.

b) Não se configura se o interesse patrocinado pelo agente for legítimo.

c) Só se configura se o interesse patrocinado pelo agente for ilegítimo.

d) Exige como sujeito ativo um funcionário público.

e) É punido com pena de reclusão.

Questão 116: VUNESP - APP (PC SP)/PC SP/2013

Em tese, pratica o crime de condescendência criminosa o funcionário público que

a) facilita, com infração de dever funcional, a prática de descaminho.

b) pratica ato de ofício contra disposição expressa de lei, para satisfazer sentimento pessoal.

c) se valendo de sua condição, patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública.

d) por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

e) para satisfazer interesse pessoal, retarda a prática de ato de ofício.

Questão 117: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Midas Barros é funcionário público e, para atender a um pedido de seu pai, patrocinou, diretamente, assunto de interesse pessoal, mas legítimo, do seu genitor perante a repartição pública onde trabalha, valendo-se da qualidade de funcionário. Nessa situação, considerando o que dispõe o Código Penal, é correto afirmar que Midas

- a) não cometeu crime algum, tendo em vista que o interessado era seu pai.
- b) não cometeu crime, tendo em vista que sua conduta não tem previsão no Código Penal.
- c) cometeu o crime de advocacia administrativa.
- d) cometeu crime previsto no Código Penal, mas ficará livre da pena por ser funcionário público.
- e) cometeu o crime de peculato.

Questão 118: VUNESP - PC (PC SP)/PC SP/2013

Em relação ao crime de Advocacia Administrativa, é correto afirmar que

- a) não é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito tampouco possuir a qualidade de funcionário público.
- b) não é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito, porém não é requisito sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) qualquer pessoa pode figurar como sujeito ativo do crime, ainda que não ostente a qualidade de funcionário público.
- e) é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 117: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

“Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. A conduta ora descrita, expressamente prevista no Código Penal, é denominada

- a) Tergiversação.
- b) Patrocínio infiel.
- c) Favorecimento pessoal.
- d) Patrocínio simultâneo.

e) Advocacia administrativa.

Questão 120: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

O funcionário público que tem conhecimento de infração cometida no exercício do cargo por subordinado e que, por indulgência, não promove sua responsabilização e também não comunica o fato ao superior competente para tanto pratica

- a) corrupção ativa (CP, art. 333).
- b) corrupção passiva (CP, art. 317).
- c) fato atípico, pois não está descrito expressamente como crime no CP.
- d) condescendência criminosa (CP, art. 320).
- e) prevaricação (CP, art. 319).

Questão 121: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2010

Quanto aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Advocacia Administrativa – “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”.
- b) Extorsão – “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”.
- c) Corrupção Ativa – “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”.
- d) Furto – “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”.
- e) Prevaricação – “Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente”.

Questão 122: VUNESP - EnfJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Tomando como ponto de partida os crimes praticados pelo funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- I. O crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas consiste no desvio de destinação da verba pública para outra finalidade que não a especificada em lei.

II. O funcionário público que intencionalmente inutilizar a página de um processo na qual havia uma cota do representante do Ministério Público pratica crime punido com pena de reclusão.

III. A exigência de vantagem indevida, em razão da função pública, caracteriza o crime de concussão.

- a) Somente a afirmativa II está correta.
- b) Somente a afirmativa III está correta.
- c) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 123: VUNESP - Adv (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/2014

O funcionário público que, em conluio com particular, facilita-lhe a prática de contrabando será processado por

- a) corrupção passiva, do art. 317 do CP.
- b) facilitação de contrabando ou descaminho, do art. 318 do CP.
- c) prevaricação, do art. 319 do CP.
- d) condescendência criminosa, do art. 320 do CP.
- e) contrabando ou descaminho, do art. 334 do CP.

Questão 124: VUNESP - ATM (Pref SJC)/Pref SJC/Tecnologia da Informação/2012

O art. 21, da Lei n.º 8.137/90, altera a redação do art. 318 do Decreto-Lei n.º 2.848/40 (Código Penal) quanto à fixação da pena que passa de “Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa, de um conto a dez contos de réis” para “Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa”. O crime a que se refere o dispositivo é:

- a) emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, ou ao serviço prestado.
- b) se o funcionário exigir tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- c) abusar, em proveito próprio ou alheio, da inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental de outrem, induzindo-o à prática de jogo ou aposta, ou à especulação com títulos ou mercadorias, sabendo ou devendo saber que a operação é ruínosa.

- d) vender, permutar, dar em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria.
- e) facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.

Questão 125: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

O crime de abandono de função, figura típica do art. 323 do Código Penal, torna-se qualificado – e consequentemente tem penas mais elevadas – se

- I. do fato resulta prejuízo público;
- II. o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira;
- III. o agente realiza a conduta de forma premeditada.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 126: VUNESP - MJ (TJ SP)/TJ SP/2013

Agamenon, funcionário público, teve desavenças pessoais no trabalho contra Pitágoras. Com o desejo de vingar-se do seu desafeto, Agamenon retarda indevidamente um ato de ofício que devia praticar, com o claro objetivo de prejudicar Pitágoras. Conforme o que dispõe o Código Penal, essa conduta de Agamenon caracteriza o crime de

- a) corrupção passiva.
- b) descaminho.
- c) concussão.
- d) violência arbitrária.
- e) prevaricação.

Questão 127: VUNESP - TCPDJ (TJ SP)/TJ SP/2012

O funcionário público que revela fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo pratica crime de

- a) Abandono de função.
- b) Prevaricação.
- c) Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.
- d) Inserção de dados falsos em sistema de informações.
- e) Violação de sigilo funcional.

Questão 128: VUNESP - Adv Leg (CMSC)/CM SC/2013

No tocante aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- a) no crime de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à denúncia, extingue a punibilidade; se for posterior à denúncia e anterior à sentença recorrível, reduz de metade a pena imposta.
- b) inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública caracteriza o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações independentemente da finalidade do agente.
- c) solicitar ou exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida caracteriza o crime de concussão.
- d) continuar a exercer função pública, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi removido caracteriza o crime de desobediência.
- e) pratica o crime de violação de sigilo funcional aquele que revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação, independentemente da finalidade do agente.

Questão 129: VUNESP - Proc (IPSMI)/IPSMI/2016

A respeito dos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- a) o crime de sonegação de contribuição previdenciária é de competência da Justiça Estadual.
- b) importar mercadoria, sem o pagamento do imposto devido pela entrada, caracteriza o crime de contrabando, de competência da Justiça Federal.
- c) o tipo penal de abandono da função pública (artigo 323 do Código Penal) é norma penal em branco e prescinde de resultado.

d) o crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal) somente se caracteriza se do não atendimento à ordem resultar prejuízo à Administração Pública.

e) a subtração de valor, bem ou dinheiro, por funcionário público, valendo-se da facilidade que a qualidade de funcionário lhe proporciona, caracteriza o crime de furto qualificado.

Questão 130: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

A resistência qualificada consiste

- a) na oposição do agente ao ato legal mediante violência.
- b) na oposição do agente ao ato legal, causando considerável prejuízo à vítima.
- c) na oposição do agente ao ato legal mediante o emprego da violência ou ameaça.
- d) na vontade exteriorizada do agente de empregar violência ou usar de ameaça contra o funcionário competente para executar o ato legal, ou ainda, a quem lhe esteja prestando auxílio.
- e) na não execução do ato legal diante da resistência do agente.

Questão 131: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

Assinale a alternativa que exemplifica o crime de desacato.

- a) "X", de forma muito humilhante, diz a seu vizinho, funcionário público, durante um churrasco entre amigos, que ele é a pessoa mais preguiçosa e lenta que já conheceu.
- b) "X" descumpre a ordem dada pelo juiz em audiência e continua fotografando a vítima do crime sob julgamento.
- c) "X", ao deparar-se no fórum com a escrevente "Z", dirige a ela as seguintes palavras: que coisa mais linda, até parece um anjo!
- d) "X", ao ter seu veículo apreendido pelo Delegado de Polícia "Z", gesticula a ele de forma obscena utilizando o dedo médio da mão.
- e) "X", que assiste a uma partida de vôlei, zomba de um dos jogadores: Vejam como o nosso promotor público enfeita a quadra, até parece uma borboleta!

Questão 132: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

São pressupostos do delito de resistência que

- I. o ato ao qual se opõe seja legal;

II. a violência ou ameaça seja praticada contra o policial que executar o ato;

III. a oposição seja praticada mediante violência ou ameaça.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 133: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Desacatar funcionário público é

- a) desobedecer.
- b) resistir.
- c) ofender.
- d) exigir.
- e) cooperar.

Questão 134: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

A conduta de opor-se mediante violência ou ameaça à execução de ordem legal advinda de funcionário competente tipifica o crime de

- a) desobediência.
- b) desacato.
- c) fraude processual.
- d) resistência.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

Questão 135: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Examine as afirmações sobre o crime de tráfico de influência.

I. Ocorre se o agente solicita para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

II. É praticado, ainda que sem intenção, e de forma imprudente, se o agente exige para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

III. Tem a sua pena aumentada se o agente alega que a vantagem solicitada é também destinada ao funcionário público que se deixará influenciar.

Está correto o contido em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

Questão 136: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

A pena prevista pelo Código Penal para o crime de "resistência" (CP, art. 329), por expressa disposição legal, é

- a) de reclusão e de multa.
- b) de reclusão, de seis meses a um ano.
- c) maior, se o funcionário público, em razão da violência, fica afastado do cargo.
- d) maior se o ato, em razão da resistência, não se executa.
- e) diminuída de um a dois terços se a resistência não é praticada com violência.

Questão 137: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

No que tange ao concurso de pessoas nos crimes de corrupção ativa e passiva, o Código Penal adotou a teoria

- a) monista.
- b) causal.
- c) dualista.
- d) pluralística.

Questão 138: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2014

Assinale a alternativa correta.

- a) O Oficial de Registro e o Tabelião não podem ser sujeitos do crime de desacato.
- b) O Oficial Registrador e o Tabelião podem ser sujeitos passivos secundários do crime de desacato.
- c) O Oficial de Registro e o Tabelião não podem ser sujeitos passivos do crime de desacato.
- d) O Oficial de Registro Civil e Tabelião podem ser sujeitos passivos primários do crime de desacato.

Questão 139: VUNESP - Adv (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/2014

A conduta de “solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função” caracteriza crime de

- a) corrupção ativa.
- b) corrupção passiva.
- c) tráfico de influência.
- d) exploração de prestígio.
- e) condescendência criminosa.

Questão 140: VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2014

Assinale a alternativa correta com relação ao crime de corrupção ativa.

- a) É um crime próprio, praticado pelo particular contra a administração em geral.
- b) É um crime próprio, praticado pelo funcionário público, tendo como sujeito passivo o Estado.
- c) É um crime comum, cuja objetividade jurídica do crime é a proteção do patrimônio particular.
- d) É um crime comum, praticado por qualquer pessoa, tendo como sujeito passivo o Estado.

e) É um crime comum, cuja ação penal é pública condicionada à representação.

Questão 141: VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2014

São crimes praticados por particular contra a administração em geral, de acordo com o Código Penal, Capítulo II, Título XI.

- a) Contrabando ou descaminho, advocacia administrativa e fraudes em certame de interesse público.
- b) Usurpação da função pública, resistência e inutilização de edital ou de sinal.
- c) Falsa identidade, condescendência criminosa, desacato.
- d) Exercício funcional ilegal antecipado ou prolongado, supressão de documento e desobediência.
- e) Advocacia administrativa, falsidade ideológica e adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

Questão 142: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

O crime de usurpação de função pública é qualificado se

- a) do fato o agente auferir vantagem.
- b) praticado em concurso de pessoas.
- c) praticado mediante o uso de uniforme ou insígnias ou qualquer outro elemento distintivo da atividade usurpada.
- d) ocorre em local ermo ou de difícil acesso ou durante repouso noturno.
- e) do fato resulta prejuízo patrimonial para a Administração.

Questão 143: VUNESP - Asse Jur (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Antônio foi abordado por Policiais Militares na via pública e, quando informado que seria conduzido para a Delegacia de Polícia, pois era “procurado” pela Justiça, passou a desferir socos e pontapés contra um dos policiais. Sobre a conduta de Antônio, pode-se afirmar que

- a) praticou o crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal.
- b) praticou o crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.
- c) praticou o crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal.
- d) não praticou nenhum crime, pois todo cidadão tem direito à sua autodefesa.
- e) praticou o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pois pretendeu, com sua reação, corromper o funcionário público a não cumprir ato de ofício.

Questão 144: VUNESP - Asse Jur (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Sobre o delito de corrupção ativa, pode-se afirmar que

- a) é crime próprio.
- b) tem como objeto jurídico a honestidade do funcionário público.
- c) é crime formal.
- d) é crime de concurso necessário.
- e) admite forma culposa.

Questão 145: VUNESP - Asse Jur (Caieiras)/CM Caieiras/2015

José solicita e recebe dinheiro de um empresário que participará de uma licitação pública a pretexto de ajudá-lo a vencer o certame, sob o argumento de que tem muitos amigos no comando da Administração Pública. Sobre a conduta de José, está correto afirmar que

- a) praticou o crime de usurpação da função pública (art. 328, Código Penal).
- b) praticou o crime de corrupção ativa (art. 333, Código Penal).
- c) praticou o crime de impedimento, perturbação ou fraude concorrência (art. 335, Código Penal).
- d) praticou o crime de tráfico de influência (art. 332, Código Penal).
- e) não praticou nenhum crime (fato atípico), pois quem decide o resultado de licitação é o agente público e não o particular.

Questão 146: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2014

Quem se opõe à execução de ato legal, mediante ameaça a pessoa que está prestando auxílio a funcionário competente para executá-lo, comete crime de

- a) exercício arbitrário das próprias razões.
- b) usurpação de função pública.
- c) desobediência.
- d) resistência.
- e) desacato.

Questão 147: VUNESP - Adv Jr (CRO SP)/CRO SP/2015

A conduta de “opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio” caracteriza o crime de

- a) desacato.
- b) usurpação.
- c) resistência.
- d) descaminho.
- e) desobediência.

Questão 148: VUNESP - Adv Jr (CRO SP)/CRO SP/2015

Imagine que determinado dentista, por meio de um site de compras na Internet adquire, do exterior, um instrumento odontológico cuja utilização é proibida no Brasil. A encomenda não é barrada pelos controles aduaneiros e o dentista começa a utilizar o instrumento. É correto afirmar que

- a) tipificou-se crime de descaminho.
- b) tipificou-se crime de contrabando.
- c) tipificou-se crime de exercício irregular da profissão.
- d) tipificou-se crime de tráfico de influência em transação comercial internacional.
- e) não houve tipificação de nenhum crime ou contravenção, tendo em vista o consentimento tácito da autoridade de controle aduaneiro.

Questão 149: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

O crime de falso testemunho, do art. 342 do Código Penal,

- a) pode ser praticado no âmbito de inquérito policial; somente pode ser praticado por conduta positiva.
- b) pode ser praticado no âmbito de processo administrativo; somente pode ser praticado por conduta negativa.
- c) somente pode ser praticado no âmbito de processo judicial; pode ser praticado tanto por conduta positiva como por conduta negativa.
- d) somente pode ser praticado no âmbito de processo judicial; somente pode ser praticado por conduta negativa.
- e) pode ser praticado no âmbito de juízo arbitral; pode ser praticado tanto por conduta positiva como por conduta negativa.

Questão 150: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Analise as seguintes afirmações com relação aos crimes de exercício arbitrário das próprias razões (CP, art. 345) e fraude processual (CP, art. 347):

- I. ambos estão inseridos no capítulo dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral;
- II. no primeiro deles, caso não haja emprego de violência, somente se procede mediante queixa;
- III. no segundo deles, as penas são aplicadas em dobro se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Questão 151: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Ao agente do crime de denúncia caluniosa (CP, art. 339), a pena é

- I. aumentada, se ele se serve de anonimato;
- II. aumentada, se ele se serve de nome suposto;
- III. diminuída, se a imputação é de prática de contravenção.

É correto o que se afirma em

- a) II, apenas.

- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 152: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

O ato de fazer justiça pelas próprias mãos para satisfazer pretensão, embora legítima, mas sem permissão legal, configura o crime de

- a) fraude processual.
- b) violência arbitrária.
- c) condescendência criminosa.
- d) coação no curso do processo.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

Questão 153: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

O crime de exploração de prestígio está inserido no capítulo dos crimes praticados

- a) contra a moralidade pública.
- b) contra a administração da justiça.
- c) por particular, contra a administração em geral.
- d) por funcionário público, contra a administração em geral.
- e) por particular, contra a administração pública estrangeira.

Questão 154: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

Quanto ao crime de denúncia caluniosa, pode-se afirmar:

- I. Não configura delito a solicitação à polícia que investigue determinado crime, fornecendo-lhe elementos de que dispõe, inclusive quanto à autoria.

II. A conduta típica é provocar, dar causa à ação da autoridade policial pela comunicação de ocorrência de crime ou de contravenção que não se verificou.

III. O tipo penal apresenta causa de aumento de pena caso a denúncia caluniosa seja praticada contra funcionário público.

Quanto às afirmações, está correto o contido apenas em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

Questão 155: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

Receber dinheiro, iludindo o interessado, a pretexto de influir na nota a ser atribuída, para certo candidato, por Desembargador membro da banca de concurso público, para ingresso na carreira da Magistratura no Estado de São Paulo,

- a) tipifica o crime de corrupção ativa.
- b) tipifica o crime de exploração de prestígio.
- c) tipifica o crime de concussão.
- d) tipifica o crime de corrupção passiva.
- e) não é fato que recebe punição de acordo com o Código Penal Brasileiro.

Questão 156: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

A pena da testemunha que receber suborno para calar a verdade em juízo

- a) será aumentada de 1/2.
- b) será aumentada de 2/3.
- c) será de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

d) não será aplicada na hipótese de a testemunha declarar a verdade no processo em que se apura o crime de falso testemunho.

e) não será aplicada na hipótese da retratação da testemunha, antes da sentença, no processo em que ocorreu o ilícito.

Questão 157: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

Aquele que exercer atividade de que foi suspenso por decisão judicial

a) pratica o crime de desobediência.

b) pratica o crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.

c) pratica o crime desacato.

d) pratica o crime de corrupção ativa.

e) não pratica crime.

Questão 158: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

O crime de exploração de prestígio

I. tem como condutas previstas no "caput" do art. 357 do Código Penal os verbos solicitar ou receber;

II. somente pode ser praticado por funcionário público;

III. consiste, em uma de suas modalidades, na solicitação de dinheiro ou qualquer outra utilidade a pretexto de influir em determinado elenco de pessoas indicado pela lei.

Está correto o contido apenas em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I.

e) III.

Questão 159: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Assinale a alternativa que tipifica a conduta do crime de exercício arbitrário das próprias razões.

- a) Falsificar carteira de trabalho para instruir processo em seu favor.
- b) Subtrair documentos que lhe pertencem, mas que se acham em poder de terceiro por determinação judicial.
- c) Subtrair dinheiro do ex-empregador como forma de pagamento de salários atrasados.
- d) Suprimir nota promissória que lhe pertence, mas que se acha em poder de terceiro em razão de seqüestro judicial.
- e) Gritar com o policial rodoviário que, acertadamente, acaba de lhe impor uma multa por excesso de velocidade.

Questão 160: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

Leia as afirmações relacionadas ao crime de exploração de prestígio.

- I. É crime que não exige do sujeito que o pratica qualquer qualidade especial.
- II. Os delegados de polícia, assim como os promotores de justiça, podem ser influenciados pelo explorador de prestígio.
- III. Comina-se à exploração de prestígio diminuição de pena se o agente, ao praticar o delito, alegar que o dinheiro será destinado a qualquer das pessoas referidas no tipo penal.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 161: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

O advogado "X", por mera negligência, esqueceu-se de restituir os autos de um processo que retirou junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. É correto dizer que "X"

- a) cometeu o crime de desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.
- b) cometeu crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
- c) cometeu crime de desobediência.
- d) cometeu crime de resistência.
- e) não cometeu crime algum.

Questão 162: VUNESP - CDJ (TJ SP)/TJ SP/2010

O crime de denunciação caluniosa consiste na ação de

- a) dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- b) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.
- c) provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.
- d) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.
- e) caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.

Questão 163: VUNESP - CDJ (TJ SP)/TJ SP/2010

Com relação ao crime de falso testemunho ou falsa perícia,

- a) a pena é aplicada em dobro, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.
- b) as penas são aumentadas de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal.
- c) a pena é diminuída da metade, se o processo em que o falso testemunho ocorreu imputa a prática de contravenção.
- d) não há conduta típica, se quem presta o falso depoimento ou realiza a falsa perícia é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso.
- e) o fato deixa de ser punível, se, a qualquer tempo, o agente se retrata ou declara a verdade.

Questão 164: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

"X" mãe de "Z", ao descobrir que o filho praticou o furto de um veículo, dirige-se à delegacia de polícia e se apresenta como a autora do delito. Em tese, "X" praticou o crime de

- a) condescendência criminosa.
- b) falso testemunho.
- c) autoacusação falsa.
- d) denúncia caluniosa.
- e) prevaricação.

Questão 165: VUNESP - ETJ (TJM SP)/TJM SP/2011

O crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório, nos termos do quanto determina o art. 356 do CP,

- a) comina, alternativamente, pena de reclusão ou multa.
- b) tem pena aumentada se praticado com intuito de lucro.
- c) comina, alternativamente, pena de detenção ou multa.
- d) não se caracteriza na modalidade inutilização se esta é apenas parcial.
- e) só se caracteriza se, presentes os demais elementos, tem a conduta típica praticada por quem os recebeu na qualidade de advogado ou procurador.

Questão 166: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

O crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito, nos termos do quanto determina o art. 359 do CP

- a) comina, cumulativamente, pena de reclusão e multa.
- b) comina, cumulativamente, pena de detenção e multa.
- c) tem pena aumentada se o agente pratica o fato com intuito de lucro.
- d) tem pena aumentada se do fato resulta prejuízo à administração pública.
- e) não exige, em sua descrição típica, que a decisão tenha transitado em julgado.

Questão 167: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

O crime de "fraude processual", do art. 347 do CP,

I. é punido com pena de reclusão e multa;

II. só se configura se a fraude se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado;

III. configura-se se a fraude tem o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.

É correto o que se afirma, apenas, em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II.
- d) I.
- e) III.

Questão 168: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Imagine que um advogado solicite dinheiro de seu cliente, deixando claro que, mediante o pagamento do valor, procurará uma testemunha do processo, a fim de influenciá-la a prestar um depoimento mais favorável à pretensão do cliente. Além disso, o advogado insinua que a quantia será repartida com a testemunha. O advogado recebe o dinheiro, mas engana seu cliente e não procura a testemunha.

Nesse caso, o advogado

- a) cometeu o crime de corrupção passiva.
- b) cometeu o crime de usurpação de função pública.
- c) cometeu o crime de exploração de prestígio.
- d) cometeu o crime de corrupção ativa.
- e) não cometeu crime algum.

Questão 169: VUNESP - PB (BNDES)/BNDES/Direito - Advogado de Contencioso/2001

Aquele que dá causa à instauração de investigação administrativa contra alguém, imputando-lhe crime que o sabe inocente, responde pelo crime de

- a) denúncia caluniosa.
- b) auto-acusação falsa.
- c) fraude processual.
- d) comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- e) favorecimento real.

Questão 170: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

A figura típica da coação no curso do processo (CP, art. 344)

- a) tem como sujeito passivo, apenas, a testemunha.
- b) tem como elemento essencial a violência ou grave ameaça.
- c) não se configura se a coação é exercida no curso de juízo arbitral.
- d) não se configura se a coação é exercida no curso de inquérito policial.
- e) está inserida no capítulo dos crimes praticados por particular contra a administração em geral.

Questão 171: VUNESP - MJ (TJ SP)/TJ SP/2013

Faristeu da Silva fez afirmação falsa como perito em processo judicial, praticando o crime de falsa perícia previsto no artigo 342 do Código Penal. Para que não seja punido, Faristeu

- a) terá que pagar uma multa de cem salários mínimos.
- b) poderá retratar-se antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito.
- c) deve recorrer da sentença que o condenou se esta já tiver transitado em julgado.
- d) pode pedir o perdão judicial a qualquer tempo no mesmo processo judicial.
- e) pode fazer um acordo de delação premiada com o Ministério Público.

Questão 172: VUNESP - AnaSistJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Considere o trecho.

Receber vantagem indevida diretamente para si em razão de função pública caracteriza o crime de _____, punido com pena _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- a) Corrupção passiva ... privativa de liberdade, apenas
- b) Concussão ... privativa de liberdade, apenas
- c) Corrupção passiva ... privativa de liberdade e pecuniária
- d) Concussão ... privativa de liberdade e pecuniária
- e) Excesso de exação ... privativa de liberdade e pecuniária

Questão 173: VUNESP - AnaSistJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Dar causa à instauração de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, caracteriza o crime de

- a) Comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- b) Denúnciação caluniosa.
- c) Falso testemunho.
- d) Fraude processual.
- e) Exploração de prestígio.

Questão 174: VUNESP - AnaSistJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Auxiliar autor de crime a que é cominada pena de reclusão a subtrair-se à ação de autoridade pública configura crime de

- a) Coação no curso do processo.
- b) Exercício arbitrário ou abuso de poder.
- c) Arrebatamento de preso.
- d) Favorecimento real.
- e) Favorecimento pessoal.

Questão 175: VUNESP - TCPDJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Aquele que inova artificialmente o estado de coisa, na pendência de processo civil, com o fim de induzir a erro o juiz pratica o crime de

- a) Favorecimento pessoal.
- b) Fraude processual.
- c) Favorecimento real.
- d) Exercício arbitrário ou abuso de poder.
- e) Patrocínio infiel.

Questão 176: VUNESP - TCPDJ (TJ SP)/TJ SP/2012

Usar de violência, com o fim de favorecer interesse próprio, contra pessoa que é chamada a intervir em processo judicial, caracteriza o crime de

- a) Exercício arbitrário das próprias razões.
- b) Tergiversação.
- c) Violência ou fraude em arrematação judicial.
- d) Coação no curso do processo.
- e) Concussão.

Questão 177: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Apesar das discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca da revogação tácita do art. 350 do CP, é correto afirmar que o delito de exercício arbitrário ou abuso de poder

- a) prevê, no parágrafo único, formas equiparadas de cometimento do delito.
- b) impõe penas de reclusão, além da multa.
- c) admite a modalidade culposa e o perdão judicial.
- d) prevê apenas uma modalidade de conduta delitiva consistente em ordenar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- e) admite a modalidade culposa.

Questão 178: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Assinale a alternativa que melhor representa o tipo penal do crime descrito no art. 339 do CP. A denúncia caluniosa consiste em imputar crime a quem o sabe inocente dando causa à instauração de

- a) investigação policial, processo judicial ou inquérito civil.

- b) investigação policial, processo judicial ou comissão parlamentar de inquérito.
- c) investigação policial, processo judicial, investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa.
- d) investigação policial, processo judicial, comissão parlamentar de inquérito ou ação de improbidade administrativa.
- e) investigação policial ou processo judicial.

Questão 179: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

“O fato deixar de ser punível se, antes da sentença, no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade”. A previsão legal citada corresponde ao crime de

- a) fraude processual.
- b) coação no curso do processo.
- c) denúncia caluniosa.
- d) comunicação falsa de crime ou contravenção.
- e) falso testemunho ou falsa perícia.

Questão 180: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2013

A, testemunha compromissada, mediante suborno, presta falso testemunho, em fases sucessivas de um processo penal, por homicídio doloso, ou seja, no inquérito policial, na instrução criminal e em plenário.

A cometeu crime de

- a) falso testemunho em continuidade delitiva.
- b) falso testemunho único, com aumento de pena.
- c) falso testemunho em concurso material.
- d) falso testemunho em concurso formal.

Questão 181: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

Depois de ter praticado a subtração de certo bem, Fulano obteve ajuda eficaz de Sicrano para que o produto da subtração fosse escondido em lugar seguro para futura comercialização a cargo de Fulano. A conduta de Sicrano, nesse caso, em tese, configura

- a) receptação dolosa.
- b) favorecimento pessoal.
- c) coautoria.
- d) favorecimento real.

Questão 182: VUNESP - Aux Nec (PC SP)/PC SP/2014

Perivaldo é perito criminal e está atuando em processo administrativo de interesse do Estado, porém, ao entregar laudo pericial, omitiu-se em dizer a verdade sobre determinado fato relevante. Nesse caso, segundo dispõe o Código Penal, é correto afirmar que Perivaldo

- a) não cometeu crime algum, uma vez que para caracterizar o crime teria que estar atuando em processo judicial.
- b) cometeu o crime de falsa perícia.
- c) cometeu o crime de omissão dolosa contra o Estado.
- d) não cometeu crime algum, uma vez que para caracterizar o crime teria que ter feito afirmação falsa.
- e) cometeu o crime de advocacia administrativa.

Questão 183: VUNESP - Adv Leg (CMSC)/CM SC/2013

No tocante aos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que

- a) negar a verdade como contador em juízo arbitral não caracteriza o crime de falso testemunho ou falsa perícia.
- b) fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite, mesmo sem o emprego de violência caracteriza o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- c) inovar artificiosamente, na pendência de processo administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito não caracteriza o crime de fraude processual que exige que o processo seja judicial.
- d) o cônjuge ou irmão do criminoso que o auxilia a subtrair-se à ação de autoridade pública tem a pena do crime de favorecimento pessoal reduzida de um a dois terços.
- e) a conduta do advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias, apesar de sujeitar o autor da conduta a responsabilidades civil e administrativa, não é punida na esfera penal em razão da garantia do direito à ampla defesa e ao contraditório.

Questão 184: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

“X”, uma senhora idosa, foi presa em flagrante pela prática do crime de falsificação de documento público. Não ofereceu qualquer resistência à prisão, mas ainda assim foi algemada. Por hipótese, a conduta dos policiais que efetuaram a prisão de “X”

- a) tipifica o crime de exploração de prestígio.
- b) é prevista em lei, portanto, não configura crime.
- c) tipifica o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder.
- d) tipifica o crime de violência arbitrária.
- e) é polêmica, mas em razão da prisão em flagrante é considerada lícita.

Questão 185: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2014

A esposa que comprovadamente ludibria autoridade policial e auxilia marido, autor de crime de roubo, a subtrair-se à ação da autoridade pública

- a) deve cumprir pena por exercício arbitrário das próprias razões (CP, art. 345).
- b) deve cumprir pena por favorecimento real (CP, art. 349).
- c) fica isenta de pena.
- d) deve cumprir pena por crime de favorecimento pessoal (CP, art. 348).
- e) deve cumprir pena por fuga de pessoa presa (CP, art. 351).

Questão 186: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

Levar ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de um crime, por vingança, sabedor de que o suposto fato criminoso jamais ocorreu, supostamente, tipifica o delito de

- a) fraude processual.
- b) exercício arbitrário das próprias razões.
- c) comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- d) denúncia caluniosa.
- e) falso testemunho.

Questão 187: VUNESP - PC (PC SP)/PC SP/2014

A questão refere-se às normas do Código Penal.

“Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente”. O delito ora tipificado é denominado

- a) Fraude processual.
- b) Comunicação falsa de contravenção.
- c) Denúncia caluniosa.
- d) Comunicação falsa de crime.
- e) Tergiversação.

Questão 188: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Assinale a alternativa que contém apenas crimes contra a administração da justiça.

- a) Falsificação de papéis públicos, prevaricação e condescendência criminosa.
- b) Coação no curso do processo, comunicação falsa de crime e falsa perícia.
- c) Advocacia administrativa, violência arbitrária e desobediência.
- d) Falsificação de papéis públicos, falsificação de selo e falsificação de sinal público.
- e) Advocacia administrativa, advocacia profissional no terceiro setor e posse antecipada de cargo público.

Questão 189: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

O Código Penal brasileiro, em relação ao crime de denúncia caluniosa, dispõe:

- a) dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento ou perícia.
- b) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.
- c) inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar.
- d) dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- e) provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.

Questão 190: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Sobre o crime de Falso testemunho, é correto afirmar que

- a) o fato será punível mesmo se, antes de recebida a denúncia pelo juiz, o agente retrata-se ou declara a verdade.
- b) o fato deixará de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente retrata-se ou declara a verdade.
- c) o mencionado tipo legal não se aplica a intérpretes e peritos, no curso do processo-crime.
- d) o mencionado tipo legal não se aplica a contadores e réus, no curso do processo-crime.
- e) o fato deixará de ser punível se, depois de transitada em julgado a sentença do processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

Questão 191: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Com intuito de proteger seu filho, João comparece perante a autoridade policial e, falsamente, diz ter praticado o crime que em verdade fora praticado por seu filho. João

- a) comete falsa comunicação de crime.
- b) comete falso testemunho, mas não será punido por expressa disposição legal.
- c) comete falso testemunho.
- d) não comete crime algum, pois não está descrito expressamente como crime no CP.
- e) comete autoacusação falsa.

Questão 192: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Marcos, advogado, solicita certa quantia em dinheiro a Pedro, seu cliente, pois esclarece que mediante o pagamento dessa quantia em dinheiro pode “acelerar” o andamento de um processo. Informa que seria amigo do escrevente do cartório judicial – o qual também seria remunerado pela celeridade, segundo Marcos. Pedro, inicialmente, tem intenção de aceitar a oferta, mas verifica que Marcos mentiu, pois não é amigo do funcionário público. Pedro nega-se a entregar a Marcos qualquer quantia e não aceita a oferta.

É correto afirmar que Marcos

- a) praticou corrupção passiva (CP, art. 317) e Pedro não cometeu crime algum.
- b) praticou exploração de prestígio (CP, art. 357) e Pedro não cometeu crime algum.
- c) praticou corrupção passiva (CP, art. 317) e Pedro corrupção ativa (CP, art. 333).

d) e Pedro praticaram corrupção passiva (CP, art. 317).

e) e Pedro não praticaram crime algum, pois os fatos não evoluíram.

Questão 193: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

Nos crimes contra a Administração Pública,

a) o crime de corrupção passiva se consuma no momento em que o funcionário público, em consequência da promessa ou vantagem recebida, retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional (art. 317, CP).

b) o crime de coação no curso do processo (art. 344, CP) se configura quando, na modalidade “violência”, resultar lesão corporal no coacto.

c) o crime de peculato doloso (artigo 312, CP) divide-se em peculato-apropriação, peculato-desvio e peculato -furto.

d) o funcionário que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente comete crime de prevaricação (art. 319, CP).

e) o funcionário público que exige tributo ou contribuição social, que sabe ou deveria saber indevido, comete crime de concussão (art. 316, CP).

Questão 194: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

Assinale a alternativa correta sobre os crimes praticados pelo particular contra a Administração em geral.

a) O delito de desacato (art. 331, CP), dado o objeto material (o funcionário público e sua honra), tem como sujeito passivo apenas o funcionário público humilhado.

b) O crime de falso testemunho ou falsa perícia (art. 342, CP) admite retratação do agente que poderá ser manifestada em qualquer instância e grau de jurisdição, ocasionando a extinção da punibilidade.

c) O crime de coação no curso do processo (art. 344, CP) não admite violência, mas apenas ameaça por parte do agente, que busca favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral.

d) O crime de resistência previsto no artigo 329 do CP tem sua pena aplicada sem prejuízo da pena correspondente à violência grave.

e) O delito de desobediência, previsto no artigo 330, CP, é crime comum, tendo como sujeito ativo qualquer pessoa, com exceção do funcionário público, que mesmo quando não está no exercício da função, não perde essa condição para efeitos penais.

Questão 195: VUNESP - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/I/2016

“Usar de _____, com o fim de favorecer interesse _____, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, _____.”

Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, completa o tipo penal do crime de “coação no curso do processo”.

- a) violência ou grave ameaça ... próprio ou alheio ... policial ou administrativo
- b) violência ou grave ameaça ... próprio ou alheio ... policial ou administrativo, ou em juízo arbitral
- c) violência física, psicológica ou moral ... próprio ou alheio ... policial ou administrativo, ou em juízo arbitral
- d) violência física, psicológica ou moral ... próprio ... policial ou administrativo, ou em juízo arbitral
- e) violência ou ameaça ... próprio ... policial ou administrativo

Questão 196: VUNESP - Adv(CM Itatiba)/CM Itatiba/2015

Assinale a alternativa correta.

- a) Pratica o crime de contrabando aquele que ilude, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, saída ou consumo de mercadoria.
- b) O estrangeiro que tenha sido expulso do território nacional e nele reingresse pratica crime contra a administração da Justiça.
- c) O crime de resistência se configura com a oposição mediante violência ou ameaça à execução de ato legal ou ilegal praticado por funcionário público competente para executá-lo.
- d) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, emprego ou função pública de forma efetiva e mediante remuneração.
- e) O funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida pratica o crime de corrupção ativa.

Questão 197: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

No crime de falso testemunho ou falsa perícia,

- a) incide-se no crime quando a afirmação falsa é feita em juízo arbitral.
- b) a conduta é tipificada quando realizada apenas em processo penal.
- c) a retratação do agente, antes da sentença em que ocorreu o falso testemunho, é causa de diminuição de pena.
- d) a pena aumenta da metade se o crime é praticado mediante suborno.

Questão 198: VUNESP - Cabo (PM SP)/PM SP/Graduação/2015

Acerca dos crimes contra a administração pública, é correto afirmar que

- a) os crimes de desobediência, de denúncia caluniosa, de exploração de prestígio e de favorecimento real são crimes contra a administração da justiça.
- b) o artigo 327 do Código Penal estabelece que funcionário público é quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Nesse sentido, os curadores e tutores nomeados exercem função pública.
- c) no peculato culposo, a reparação do dano irá ensejar, em qualquer caso, a extinção da punibilidade.
- d) o particular que oferecer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar ato de ofício, cometerá o delito de corrupção ativa.

Questão 199: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2016

Em relação aos crimes contra a Administração Pública, previstos no Título XI do Código Penal, assinale a alternativa que apresenta um crime contra a Administração da Justiça, como disposto no Capítulo III.

- a) Apropriação indébita previdenciária – “Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional”.
- b) Atentado contra a liberdade de associação – “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional”.
- c) Exercício arbitrário ou abuso de poder – “Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder”.
- d) Usurpação de função pública – “Usurpar o exercício de função pública”.
- e) Peculato – “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”.

Gabarito

1) C	31) E	61) C	91) B	121) A	151) E	181) D
2) B	32) A	62) C	92) D	122) E	152) E	182) B
3) B	33) D	63) E	93) B	123) B	153) B	183) B
4) B	34) A	64) D	94) B	124) E	154) A	184) C
5) C	35) C	65) E	95) B	125) C	155) B	185) C
6) A	36) D	66) D	96) E	126) E	156) E	186) C
7) A	37) A	67) B	97) D	127) E	157) B	187) C
8) C	38) C	68) C	98) C	128) E	158) B	188) B
9) A	39) C	69) B	99) C	129) C	159) C	189) D
10) E	40) C	70) A	100) D	130) E	160) A	190) B
11) D	41) B	71) E	101) C	131) D	161) E	191) E
12) A	42) D	72) E	102) C	132) D	162) A	192) B
13) B	43) A	73) D	103) C	133) C	163) B	193) C
14) A	44) D	74) D	104) B	134) D	164) C	194) D
15) A	45) A	75) D	105) E	135) C	165) E	195) B
16) A	46) A	76) B	106) C	136) D	166) E	196) B
17) D	47) A	77) D	107) D	137) D	167) E	197) A
18) B	48) A	78) C	108) D	138) B	168) C	198) D
19) A	49) A	79) A	109) A	139) C	169) A	199) C
20) D	50) C	80) B	110) A	140) D	170) B	
21) E	51) D	81) A	111) A	141) B	171) B	
22) E	52) D	82) A	112) B	142) A	172) C	
23) E	53) D	83) A	113) C	143) B	173) B	
24) D	54) A	84) B	114) C	144) C	174) E	
25) E	55) D	85) A	115) D	145) D	175) B	
26) D	56) A	86) D	116) D	146) D	176) D	
27) B	57) B	87) E	117) C	147) C	177) A	
28) D	58) E	88) E	118) B	148) B	178) C	
29) D	59) E	89) B	119) E	149) E	179) E	
30) E	60) E	90) E	120) D	150) E	180) B	